

16 OUT 1996

O GLOBO

NOSSA OPINIÃO

*Dívida
Pública*

Apoio ao ajuste

Praticamente todos os atuais governadores dependem da reforma do aparelho administrativo e do ajuste das finanças estaduais para executar um programa mínimo de realizações na segunda metade de seus mandatos.

Não há possibilidade de endividamento: todas as fontes secaram. Nem existem compradores para títulos de dívida mobiliária estadual. E os créditos concedidos pelos bancos têm de ser obrigatoriamente quitados, porque são garantidos pela arrecadação de ICMS.

Além disso, os saques a descoberto nos bancos estaduais já não são possíveis, seja por impedimento legal ou pela debilidade financeira das instituições. Ultimamente restava aos governadores fazer caixa dando calote nas subsidiárias da Eletrobrás. Também essa saída está bloqueada, pois o Governo federal, ao negociar a rolagem de dívidas passadas, exige que as concessionárias estaduais de energia sejam preparadas para futura privatização, o que as obriga a regularizar suas contas com a Eletrobrás.

Sem ter para onde correr, os governadores forçosamente precisam reduzir despesas de maneira drástica. Isso explica por que o ano eleitoral não impediu o lançamento de programas de demissão voluntária, o fechamento de com-

panhias altamente deficitárias e o leilão das estatais ainda atraentes para o capital privado.

Nesse contexto difícil, deveria o Governo federal deixar os estados entregues à própria sorte ou colaborar para o êxito dos processos de ajuste? Como o problema é geral, a segunda hipótese é na verdade a única: Brasília não pode deixar que os estados afundem de vez no atoleiro da insolvência financeira.

As negociações que estão em andamento ou sendo concluídas no máximo permitirão que os governadores mais competentes sobrevivam à tempestade.

Certamente a atual safra de governos estaduais não será marcada pela realização de grande número de obras portentosas. Mas aqueles que terminarem seus mandatos com a casa razoavelmente em ordem terão prestado ao país e aos seus estados um serviço considerável: a pavimentação da estrada da recuperação.

...um serviço
considerável: a
pavimentação
da estrada da
recuperação

A reforma independe de ideologia ou partido. O governador do Espírito Santo, Vítor Buaiz, do PT, por exemplo, está levando adiante um programa (ainda que esbarrando na incompreensão dos deputados estaduais de seu próprio partido) essencialmente igual aos que estão sendo executados em estados governados por PSDB, PFL, PMDB, PPB ou PDT.